



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Marcio Bittar

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 125, DE 2019

Altera o inciso VIII do art. 93 da Constituição Federal para vedar a aposentadoria compulsória como espécie de pena disciplinar aplicável aos magistrados.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 93 da Constituição Federal passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 93.

.....

VIII – os atos de remoção e de disponibilidade do magistrado, por interesse público, fundar-se-ão em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa, sendo vedada a aposentadoria compulsória como espécie de pena disciplinar;

.....” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A aposentadoria compulsória do magistrado é espécie de pena disciplinar prevista no art. 42, V, da Lei Complementar nº 35, de 14 de março de



Recebido em 14/08/19
Hora 11:34
Estagiário - ELSF/SOM



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Marcio Bittar

1979, com amparo na Constituição Federal. Esta, por sua vez, estabelece, no inciso VIII do art. 93, que essa modalidade de sanção “fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça”.

Como se sabe, a mencionada lei complementar é de iniciativa do Presidente do Supremo Tribunal Federal, de modo que não se pode esperar que essa autoridade sinta-se motivada a propor uma alteração legislativa que contrarie os interesses corporativos dos magistrados.

Diante disso, impõe-se a presente emenda ao texto constitucional como meio de extirpar do ordenamento jurídico esse privilégio odioso, que acaba por premiar os maus juízes, muitos dos quais, amparados na tranquilidade financeira de polpudos proventos, passam a exercer a advocacia, até mesmo perante os órgãos judiciais que integravam anteriormente.

Repetimos que se trata de um privilégio odioso, além de injustificável e que ofende até mesmo o princípio republicano.

Por tais razões, pedimos que os ilustres Parlamentares votem favoravelmente a esta proposição.

Sala das Sessões,


Senador **MARCIO BITTAR**



SF/19439.77334-26

Página: 2/4 13/08/2019 10:35:07

0e79a0429fc9a6fe0494fc2b86d7708cf708081f





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Marcio Bittar

Altera o inciso VIII do art. 93 da Constituição Federal para vedar a aposentadoria compulsória como espécie de pena disciplinar aplicável aos magistrados.

SENADOR (A)	ASSINATURA
Wanderley L. Cardoso	[Assinatura]
Marcia Gomes	[Assinatura]
Rose de Freitas	[Assinatura]
Jayme Vaz	[Assinatura]
KAYUW	[Assinatura]
de la Mauer	[Assinatura]
Fabiano Constantino	[Assinatura]
Roberto	[Assinatura]
Luiza Selma	[Assinatura]
Forayá Thronick	[Assinatura]
Plínio Valério	[Assinatura]
Marcos do Vale	[Assinatura]
Cláudio Rodrigues	[Assinatura]
Teodoro Bezerra	[Assinatura]
DANIELA LUKASIK	[Assinatura]
Teir	[Assinatura]
LASIER	[Assinatura]
STYANSON VILHOTE	[Assinatura]
Zorginho Mello	[Assinatura]



SF/19439.77334-26

Página: 3/4 13/08/2019 10:35:07

0e79a0429fc9a6fe0494fc2b86d7708cf708081f





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Marcio Bittar

Altera o inciso VIII do art. 93 da Constituição Federal para vedar a aposentadoria compulsória como espécie de pena disciplinar aplicável aos magistrados.

SENADOR (A)	ASSINATURA
José Carlos	José Carlos
Alvaro Dias	Alvaro Dias
Roberto Campos	Roberto Campos
Carlos Jirayr	Carlos Jirayr
Rodolfo Teófilo	Rodolfo Teófilo
Flávio Bolsonaro	Flávio Bolsonaro
Flávio Arns	Flávio Arns
REGUFFE	REGUFFE
Cid F. Gomes	Cid F. Gomes
Wladimir Barreto	Wladimir Barreto
EDUARDO BRAGA	EDUARDO BRAGA



SF/19439.77334-26

Página: 4/4 13/08/2019 10:35:07

0e79a0429fc9a6fe0494fc2b86d7708cf708081f

